

As Singulares “Recordações da Campanha do Paraguay” de José Luiz Rodrigues da Silva

The Singular “Memories of Paraguay Campaign” of José Luiz Rodrigues da Silva

Mário Maestri*

Resumo: Meio século após o fim do conflito, general de brigada honorário José Luiz Rodrigues da Silva publicou o ensaio *Recordações da campanha do Paraguay*, apoiado, sobretudo em sua memória. Ele participou do início do confronto, quando da invasão do Uruguai, em 12 de outubro de 1864, até praticamente o seu fim, com a morte de Solano López, em 1º de março de 1870. Seu trabalho destaca-se na produção memorialística de ex-participantes nas forças imperiais por afastar-se de muitas explicações da historiografia apologética e pela referência a múltiplos aspectos do cotidiano enfrentado, sobretudo por oficiais, mas também por praças de pret.

Palavras-chave: Bacia do Prata, Guerra do Paraguai, Historiografia.

Abstract: Half a century after the end of conflict, the honorary Brigadier General José Luiz Rodrigues da Silva published the essay *Memories of Paraguay campaign*, supported mainly in his memory. He attended the beginning of the confrontation, when the invasion of Uruguay, on October 12, 1864, until almost its end with the death of Solano López, on 1st March 1870. His work stands on production memoirs of former participants in the imperial forces by moving away from many apologetic explanations of historiography and by reference to many aspects of daily life faced by particular officers, but also by courts pret.

Key words: River Plate Basin, The Paraguay War, Historiography.

Introdução: as memórias tardias de um militar de carreira

Meio século após o fim do grande conflito da bacia do rio da Prata, José Luiz Rodrigues da Silva publicou livro com suas *Recordações da campanha do Paraguay* (SILVA, 1924). O oficial superior reformado do Exército participara naquele conflito, do início dos combates, quando da invasão do Estado Oriental do Uruguai, em 12 de outubro de 1864, pelas tropas imperiais, em favor de Venancio Flores e contra o governo constitucional *blanco*, até praticamente o fim da longa guerra, ocorrida quando da morte em combate de Francisco Solano López, em 1º de março de 1870, em Cerro Corá (CASCUDO, 1927).

Respeitando literalmente o título do livro, o general de brigada honorário do Exército Nacional apoiou-se essencialmente na sua memória para a produção do ensaio, de 128 páginas,

* Doutor em História pela UCL, Bélgica. Professor do PPGH UPF, e-mail: maestri@via-rs.net

lançado pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, em 1924. Não são portanto de se estranhar os pequenos lapsos de datas, nomes, locais, etc. que jamais comprometem a excelência do texto. Com inúmeros *flashes backs*, a narrativa tem como fio condutor geral a progressão do então jovem oficial através do Uruguai, de Corrientes e do Paraguai, ainda que o narrador refira-se raramente a sua trajetória e experiência na guerra.

O livro nos informa sobre a escassa informação sobre as razões profundas da guerra que possuíam os próprios oficiais combatentes, realidade que pouco mudaria passadas décadas da conclusão do confronto. Meio século após o silêncio das armas, Rodrigues da Silva reproduzia as explicações simplistas, apologéticas e fantasiosas do Estado imperial e, a seguir, da historiografia nacional-patriótica sobre as causas do conflito, com destaque para o uso como “pretexto”, por Solano López, da “invasão das forças brasileiras” do “Estado Oriental do Uruguai”, para “agredir-nos de modo descomunal, traiçoeiramente, covardemente [...]”.

Tal ação teria sido planejada, “muito tempos antes, ressentido [Solano López], dizem, por não haver o Imperador Dom Pedro 2º, o aceitado para genro ao acorrer-lhe a estulta e descabelada pretensão” (SILVA, 1924). Destaque-se que a verdadeira lenda do pedido de mão de sua filha e herdeira, negado pelo Imperador do Brasil, não possui qualquer base histórica.

Recordações da campanha do Paraguai participa igualmente da execração habitual de Solano López pela historiografia brasileira de então e, não raro, recente, própria ao *lopizmo historiográfico negativo*, que se serve do *mariscal* para personificar literalmente aqueles complexos sucessos históricos. No mesmo sentido, o autor abraça o elogio desbragado dos oficiais superiores imperiais, nesse caso sem quaisquer exceções – Osório, Caxias, Mena Barreto, etc. Destaca-se no texto a avaliação positiva do comando do conde d’Eu por este oficial ferreamente republicano. Apesar dessas concordâncias com a retórica nacional-patriótica, o breve relato constitui obra singular na verdadeira “historiografia de trincheira” sobre o grande conflito sul-americano (MAESTRI, 2009).

Historiografia de Trincheira

As “primeiras obras brasileiras sobre a Guerra, em geral de forte cunho memorialista, foram realizadas durante e imediatamente após o conflito¹”. “Trataram-se,

¹ Cf. entre outros: DIAS, Satyro de Oliveira. *Duque de Caxias e a Guerra do Paraguai*. Salvador: Diários, 1870; MADUREIRA, Cel. Antônio de Sena [1841-1889] *Guerra do Paraguai*: resposta ao sr. Jorge Thompson, autor da “Guerra del Paraguay” e aos anotadores argentinos D. Lewis e A. Estrada. Brasília: EdUNB, 1982.

sobretudo, de narrativas sobre o heroísmo e a abnegação das forças armadas – identificadas essencialmente à oficialidade – em defesa do Brasil e da ‘civilização’, agredidos por ‘barbárie’ corporificada pelo *ditador* paraguaio. Comumente produto de ex-combatentes, essa produção registrou leitura apologética dos fatos desde a *trincheira* imperial, centrada, sobretudo nos combates e despreocupada com as razões profundas do conflito” (MAESTRI, 2009).

Ao contrário do habitual nessa produção, Rodrigues da Silva não abraça as explicações tradicionais das dificuldades do Império de vencer a guerra, devido ao pretense melhor aparelhamento e maior número das tropas paraguaias; à inclemência exclusivamente para as tropas imperiais do clima e do relevo do teatro dos combates; ao *fanatismo* e *misticismo* do exército inimigo, etc. Explicações que serviram tradicionalmente para justificar a dificuldade do poderoso império a impor-se à pequena nação hispano-americana, em aliança com a Argentina mitrista e com o Uruguai florista. Em 1864, o Império possuiria em torno a 10.250.000 habitantes. O Paraguai, talvez, vinte vezes menos! (CONRAD, 1975; WHITE, 1989).

Rodrigues da Silva destaca o caráter “sempre imprevidente” do “governo imperial” e a incompetência de parte da oficialidade, com destaque para os oficiais dos corpos dos Voluntários da Pátria, “guindados aos cargos” devido às “injunções” políticas ou como “recompensa ao agenciamento de pessoal” fardados a sua “custa” (SILVA, 1924). Seu trabalho apresenta-se como espécie de contraponto à ácida narrativa do cônego francês naturalizado brasileiro João Pedro Gay sobre a invasão paraguaia do Rio Grande do Sul, escrita no calor dos acontecimentos, ou do diário do conde d’Eu sobre sua viagem em busca da vila de Uruguaiana então ocupada pelas tropas inimigas, publicado por primeira vez, em 1920, quatro anos antes do relato de Rodrigues da Silva vir a lume (GAY, 1980).

A avaliação acerada e sincera do militar experiente, já há muito tempo em retiro, não deixa dúvidas sobre as enormes deficiências estruturais das forças armadas do Império no grande conflito. “Se resplandeu a nosso lado a vitória no Paraguai” fora porque “éramos em número superior, armados e municados com mais vantagem, primando pela educação militar; enfrentamos, por último, inimigo mais atrasado, pois em valor individual nada deixava a desejar [...]” (SILVA, 1924).

Proposta de escassa capacidade bélica das tropas imperiais que o próprio comandante máximo das mesmas, o então marquês de Caxias reconheceria, em correspondência privada, em 13 de dezembro de 1868, sem ser capaz de aferrar as razões últimas do fenômeno que descrevia: “[...] todas as vitórias alcançadas [...] têm sido em grande parte devida ao cuidado com que nunca consenti que forças nossas [...] se batassem com as do inimigo sem se acharem muito superiores em número” (DORATIOTO, 1996).

Um Exército Classista

Na década de 1990, estudos acadêmicos passaram a ler as forças armadas imperiais surgidas da guerra do Paraguai como espécie de cadinho de um mundo novo. A convivência da oficialidade com a tropa, formada por libertos e livres pobres de todas as cores, teria infundido na primeira, proveniente em grande número das *classes médias de então*, verdadeiro espírito democrático e igualitário que teria contribuído à abolição da escravatura, à proclamação da República, à gênese de nova sociedade apoiada na ordem capitalista.

A guerra do Paraguai, de Ricardo Salles, é indiscutivelmente a mais bem realizada e conhecida expressão dessa vertente interpretativa revisionista (SALLES, 1990). Nela, o autor propõe: “A guerra mostrou a esses oficiais o lado podre da laranja; colocou-os em contato e proximidade com o soldado enquanto expressão do povo [sic].” Nesse processo teria se constituído “exército nacional profissional”, reformista, descontente com a “classe dominante” e com as “elites dirigentes do Império”.

O *novo* exército surgido da longa convivência entre oficiais e soldados na luta no Uruguai, no Rio Grande do Sul e, finalmente, no Paraguai abraçaria um “conceito mais amplo de cidadania”; se identificaria com os “interesses gerais da nação”; tornaria-se o porta-voz das “camadas médias” “de populares e escravos e mesmo fazendeiros não escravistas”; desempenharia “papel de peso no início do processo de transição para uma economia capitalista” (SALLES, 1990).

Entretanto, não há comprovação histórica da metamorfose de do caráter abolicionista, popular e progressista do *novo exército* surgido da guerra contra o Paraguai. Rodrigues da Silva contribui para iluminar a dinâmica interna real dessa corporação durante aquele conflito.

Uma importante contribuição do relato de Rodrigues da Silva, escrito e publicado quando já escasseavam os sobreviventes da guerra, é o registro de cenas cotidianas exemplares do conflito, vividas em primeira pessoa, fundamentais para a avaliação dos impasses que contribuíram para que o exército imperial *patinasse* diante de inimigo ao qual ultrapassava substancialmente em homens e em meios, como assinalado por aquele e outros autores.

Um dos maiores *handicaps negativos* das forças armadas imperiais foi certamente o caráter pré-nacional e elitista daquela força armada, produto de reprodução nas forças armadas das relações de classe da sociedade imperial escravista que separavam oficiais ricos e oficiais pobres e aqueles e estes dos suboficiais e *praças de pret*, em grande parte negros, mulatos e mestiços. Realidade referida por Rodrigues da Silva e corroborada por rica informação, em geral fornecida em forma *obliqua e indireta*, por relatos e documentos sobre aqueles fatos.

Carne, Charque, Sal

Rodrigues da Silva (SILVA, 1924) descreve uma força armada imperial essencialmente desqualificada para enfrentar frontalmente o esforço de uma população, mesmo de poucos recursos, unida na defesa de sua independência nacional. Mesmo se detendo, sobretudo nas dificuldades materiais encontradas pelos oficiais desprovidos de recursos próprios, como era seu caso, sua narrativa permite entrever as condições verdadeiramente desumanas a que foram comumente submetidas as tropas ditas inferiores das forças armadas imperiais.

Segundo apontava e sugeria aquele autor, as *praças de pret* do exército, da política civil, da guarda nacional, dos voluntários da pátria morreram ou inutilizaram-se às dezenas de milhares apenas devido às deficiências de alimentação, de vestuário, de alojamento, de cuidados militares e à despreocupação com as baixas nos combates. Realidade nascida do descaso das classes dominantes para com os subalternizados e do atraso da formação social brasileira (SILVA, 1924).

A alta valoração militar da valentia pessoal e o desprezo pela vida dos soldados por parte dos oficiais imperiais, associados à falta de preparo técnico dos mesmos, causaram milhares de mortes de infantas, “levados a atacarem as posições inimigas frontalmente e em linhas cerradas, mesmo quando podiam contorná-las, envolvê-las, cercá-las com menor exposição, como registrou Taunay perplexo”. Esse autor anota perdas de 62 homens em assalto a uma trincheira, “sem dúvida pelo péssimo sistema de se atacarem esses obstáculos de frente e não os torneando [...]” (MAESTRI, 2008).

Em *Recordações de guerra e de viagem*, referindo-se aos momentos finais da guerra, que presenciara como espécie de escriba do príncipe regente, Taunay registrou atônito a divergência de visão entre o célebre general Osório e o conde d’Eu (TAUNAY, s.d.). O primeiro queria atacar “logo de frente desfazendo os meios de resistência do inimigo” Propunha: “Leva-se tudo [...] a cachações [*pescoçadas*] num instante.” Visão da qual divergiria o então chefe máximo das tropas imperiais, que servida em exércitos europeus: “Mas por que perder inutilmente gente?” (TAUNAY, s.d.).

Em Defesa da Pátria Nacional

Ao lembrar que a “coluna cerrada” era a “disposição mais predileta” das tropas imperiais “para atacar os pontos fortificados” inimigos, o que levava a que as tropas avançassem sob “bocas de fogo que vomitam bombas, grana-

das, cachos de uvas, lanternetas”, com enorme mortandade entre os atacantes, Benjamin Constant não deixou de recriminar os combatentes paraguaios por protegerem-se sem pejo na “mata atrás dos paus”, “zombando da bravura com que” eram atacados “a peito descoberto”. E irritava-se com a ordem de os oficiais não usarem “suas divisas em dias de combate”, para não serem alvejados preferencialmente pelos inimigos, e com “oficiais que” se escondiam “atrás dos paus e até fazem buracos no chão para esconder-se nos dias de combates e bombardeios”! (LEMOS, 1999).

Na sua célebre descrição da retirada da Laguna, Taunay deixaria registrado igualmente seu estranhamento com a tática militar utilizada pelos paraguaios de dispararem fora de forma, em posições que lhe permitissem melhor proteção individual, quase como se estivessem caçando. “Usavam [...] de uma manobra nova: deitavam-se por traz dos acidentes do terreno e daí nos faziam fogo, deixando ver apenas as cabeças; depois, [...] furtavam-se à nossa vista”(TAUNAY, s.d.). Ele se referiria elogiosamente ao “ditador paraguaio” que se esforçava que suas tropas aproveitassem “todos os acidentes do terreno” para se protegerem, não dando as “provas de tamanhas inépcias” fornecidas pelas tropas imperiais(TAUNAY, s.d.).

Destaque-se que o eventual uso maleável e disperso tático do soldado, em vez das tradicionais linhas cerradas e rígidas, foi celebrizado quando da Grande Revolução, em 1789. Nos exércitos do *Anciën Regime*, de mercenários e soldados arrolados à força e desinteressados nas razões e nos resultados da luta, as tropas avançavam em formações rígidas, o que facilitava o controle das deserções pelos oficiais. As novas formas de luta nasceram e foram possíveis devido ao interesse dos combatentes franceses na defesa da nação e da revolução.

Distanciado dos sucessos que relatava, o velho oficial Rodrigues da Silva assustava-se ainda com o assinalado desperdício da soldadesca enviada à morte em assaltos frontais, sem conveniente ação da artilharia, que o exército imperial possuía em abundância, o que levava a “prejuízos em pessoal e material sem razão de ser”. “Tivéssemos mais preparo guerreiro e a campanha não teria perdurado extraordinariamente com tamanho sacrifício de vidas e dinheiro” – propunha, sintetizando seu desconforto, passadas já décadas daquela hecatombe humana (SILVA, 1924).

Disciplinando Homens Livres

Admirador da disciplina consciente e moralizadora, que não se servia do “vitupério” do castigado, Rodrigues da Silva lembrava desgostoso que, ele, ofi-

cial, por perder pistola antiquada, talvez durante cavalgada, teve desconto pleno no seu soldo e anotação disciplinar na sua “fé de ofício”, para sempre. Assinala que, naqueles “desumanos tempos de antanho, o extravio de qualquer peça de fardamento por parte das praças do Exército, além do desconto de quinta parte do soldo, importava em pancadas de espada de prancha” (SILVA, 1924).

O castigo físico era utilizado habitualmente, por oficiais não raro proprietários de cativos, para disciplinar as *praças de pret*. Francisco Marques Xavier, *Chicuta*, era tenente no 5º Corpo da Cavalaria da Guarda Nacional, convocado para a defesa do Rio Grande diante do provável ataque paraguaio. Conhecemos parte da correspondência familiar do jovem estancieiro durante a guerra. Em 24 de junho de 1865, escrevendo ao cunhado, contava que, quatro dias antes, tivera a “ocasião de ver dar 300 bordoadas em um soldado por ter desistido da trincheira [desertado]. Hoje já temos soldados no 5º [?] porque eles estão vendo que cá não é o que se quer, é o que se pode ser”. Ou seja, antes mesmo de iniciarem-se os combates, o laço corria solto nas tropas imperiais (FERNANDES, 1997).

Além do próprio castigo físico, as praças de pré encontravam-se sob a permanente ameaça de execução, como a relatada por Taunay, no caso referente a dois soldados argentinos, “fuzilados sem mais processo” por terem, levados pela fome, matado para comer, a montaria de um oficial sul-rio-grandense (TAUNAY, s.d.). Ou seja, duas vidas por um cavalo! O caso relatado pelo futuro visconde registrava a situação de maior ou menor penúria, no relativo à alimentação, vestuário, abrigo, etc., conhecida comumente por subalternos, durante períodos dos combates.

Quem Tem direito ao Soldo?

Rodrigues da Silva reafirma fenômeno em geral pouco explorado mesmo pelos trabalhos recentes sobre o grande conflito na bacia do rio da Prata. Se os oficiais recebiam o soldo a cada mês, o pagamento das praças podia atrasar até um ano! (SILVA, 1924). Arrolado de maio de 1865 a junho de 1866 como engenheiro-militar, André Rebouças referiu-se a oficiais comandantes com três meses, oficiais de tropa com até seis meses e soldados com um ano de soldos atrasados! (REBOUÇAS, 1973). Um atraso literalmente dramático já que, na época, nos exércitos aliancistas, à exceção da ração fornecida diariamente, restrita, no melhor dos casos, à carne verde, ao charque, ao sal e à farinha, os combatentes deviam comprar tudo o mais de comerciantes e provedores particulares, verdadeiros assaltantes, que seguiam as tropas em carretas, cargueiros, a pé. “Os parcos vencimentos, recebidos a 1º do mês, sempre, pontualmente, o que não acontecia, entretanto, com as praças de pret, pagas às vezes com atraso próximo de um ano, com dificuldade cobriam as

despesas urgentes.” Tal prática ensejava “privações injustas, mal cabidas, tanto mais que o comércio reputava os gêneros de primeira necessidade por preços exageradíssimo, só acessíveis aos oficiais empregados nos estados maiores, cujas gratificações reforçavam o soldo” (SILVA, 1924).

Oficial de escassos recursos, com importante família a cargo, Benjamin Constant desdobrou-se para obter comissão quando no *front* paraguaio, a fim de poder fazer frentes às suas obrigações e necessidades, impossíveis de serem cobertas apenas com o “soldo simples” (LEMOS, 1999).

O futuro general honorário assinalou igualmente em suas memórias que os oficiais que enviavam parte do soldo para a família no Brasil deviam submeter-se ao “regime dietético do *macaco* assado com farinha na ponta da faca e chá sem açúcar, das folhas da laranjeira!”. O símio assado era o eufemismo malvado com que os combatentes designavam o churrasco de “xarque” “magro como o de cão vagabundo, estendido ao espeto sobre as brasas” (SILVA, 1924).

Espécie de porta-voz tardio dos oficiais sem maiores recursos, Rodrigues da Silva lembra que os mesmos deviam financiar igualmente os custosos fardamentos com o escasso soldo. Devido a isso, aqueles que não possuíam fortuna familiar, portavam comumente “peças de uniformes dos soldados, e na falta, roupa, à paisana, já velha, mais semelhantes a andrajos, tendo por distintivos a espada e os galões do braço tão somente” (SILVA, 1924).

A Golpes de Moedas de Ouro

Rodrigues da Silva enfatiza o que tantos outros contemporâneos seus apenas se referiam, quando se referiram. Enquanto as *praças de pret* viviam na quase miséria e os oficiais desprovidos de recursos apertavam o cinto para manterem-se com seus magros soldos, os oficiais endinheirados, os do Estado Maior e os comissionados arranjavam-se para viver com quase conforto, servidos por seus ordenanças/camaradas e abastecidos de tudo que se desejasse junto aos comerciantes e fornecedores.

O velho general relata sobre os diversos acampamentos onde as tropas lagarteavam, não raro meses a fio, ante de reiniciar o ataque, como o estabelecido nas proximidades de Corrientes, antes de se cruzar o rio Paraná, em Tuiti, etc. “Se a soldadesca continuou de barracas armadas, a oficialidade instalava-se em cômodos ranchos, cobertos de palha e paredes de torrão”, provistos de “curiosas mobílias que cobriam com fazenda, aparentando trabalhos de arte”, realizada por soldados habilidosos, para os oficiais que serviam (SILVA, 1924).

Sobretudo os oficiais provenientes de famílias abastadas, acostumados a serem em tudo servidos pela criadagem negra, arranjam-se para porem aos seus serviços ordenanças capazes de prestarem os serviços que estavam habituados, quando à refeição, aos cuidados das vestes, das montarias, etc. Na falta de alimentos, os “soldados ao serviço particular dos oficiais [...] esforçavam-se por descobrir qualquer cousa” para que *seus* oficiais pudessem comer (SILVA, 1924).

Ser ordenança/camarada sobretudo de um oficial bem colocado ou endinheirado era oportunidade certamente buscada por um *praça de pret*: “[...] excetuando aqueles poucos que são camaradas de oficiais ou empregados, a maior parte desta pobre gente não tem uma barraca que lhe sirva de abrigo, dormem ao relento expostos ao sereno e às chuvas, muitos sem mantas, sem capotes”, sujeitos às doenças “com muito maior intensidade” (LEMOS, 1999).

A golpes de moeda de ouro, os oficiais endinheirados garantiam-se condições excepcionais de existência. Nos momentos finais da guerra, Taunay juntara-se a um grupo de oficiais rio-grandenses igualmente abonados para garantirem, com uma mesada de até doze libras, um “excelente cozinheiro”, que providenciasse os almoços e os jantares dignos de suas pessoas (TAUNAY, s.d).

A Guerra é Uma Festa

Rodrigues da Silva lembra quase saudoso da vida desbragada dos oficiais, com destaque para os com as algibeiras plenas de patações, nos “teatros” e nos “salões de bailes”, de “banquete”, de “jogos”, de “concertos”, que foram rapidamente erguidos por empreendedores comerciantes, durante os longos anos de combate, nas longas e pachorrentas interrupções do lento avanço das tropas imperiais (SILVA, 1924). Realidade que espera uma exploração mais sistemática por nossa historiografia.

Confessa que o acampamento dos comerciantes constituía verdadeiro “boulevard”, onde se “palestrava com amigos”, “saboreava-se o bom café, os doces finos, os melhores vinhos e cervejas [...] cavaqueava-se, fugitivamente embora, com as hetairas [prostitutas] de alto coturno, de origem platina ou europeia” Damas que lembrava serem “acessíveis apenas aos argentários, aos elevados chefes de gola bordada, calça de galão e chapéu de penacho” (SILVA, 1924).

Mas, certamente, ao lado das *hetairas de algo coturno* haveria igualmente as acessíveis aos oficiais de guaiacas menos poderosas! Sem dar o nome ao boi, o autor fala de “distinto general” que se fazia acompanhar de sua *querida* particular, em “cavalo garboso, bem apeirado”, nas próprias “excursões difíceis”, até fazerem-se soar os “primeiros tiros” (SILVA, 1924).

Em suas *Memórias*, publicadas por sua expressa vontade apenas cem anos após seu nascimento, em 1946, Taunay refere-se à morte do general João Manuel Mena Barreto, em 12 de agosto de 1869, atingindo por uma bala na virilha, quando do ataque de Piribebuy, terceira capital paraguaia: “Caiu do cavalo nos braços de valente *china*, que o acompanhava sempre, até no meio dos mais rijos combates, o que de certo não era nada regular, mas tem grandeza” (TAUNAY, s.d). Segundo Benjamin Constant, oficiais mandavam seus ordenanças servirem de domésticos a suas amadas de ocasião em Corrientes (LEMOS, 1999).

As *ruas do comércio* desses acampamentos, “em cada seção” dos acampamentos, possuíam de tudo, a elevado preço, inclusive o que havia de mais *moderno*, como os estúdios fotográficos, onde os oficiais faziam-se retratar, em uniforme, sozinhos ou em grupos. Os pequenos retratos do tamanho de uma carta de visita [*carte-de-visites*], mais *econômicos*, eram distribuídos aos parentes, amigos, conhecidos. Em sua *História da guerra do Paraguai*, o major prussiano Van Versen relata o constrangimento que sofreu quando o coronel argentino Susini propôs que “permutássemos nossos retratos”, que ele não dispunha. Temos milhares de fotografias de oficiais imperiais, argentinos, orientais e paraguaios – as de soldados isolados são raríssimas (TORAL, 2001).

Após a ocupação, a cidade de Asunción teria se transformado igualmente em uma verdadeira micro-Paris, no contexto de um país avassalado pela guerra, pela destruição, pela fome, pela miséria, pela dor: “Hotéis, cafés, bilhares, teatros, casas de bailes, festas de igrejas [...], o convívio confortante de muitas famílias de oficiais chegados do Brasil [...] roçava pelas fronteiras da verdadeira delícia” (SILVA, 1924).

A jogatina lavraria também em forma desenfreada, fazendo que passassem para mãos, sobretudo, dos jogadores profissionais espertos chegados do Brasil “soberanos, a onça de ouro, o mexicano, o dólar”, a libra esterlina (SILVA, 1924). Definitivamente, a guerra não tratava a todos do mesmo modo, mesmo nas fileiras dos vencedores! Ao contrário, ela teria continuado a ser uma grande festa, ao menos para os que já estavam socialmente *habilitados* para ela, ou se arranjavam para serem financiados pela cada vez mais exauridas burras imperiais. Por que aquela guerra foi, também, um enorme e rendoso negócio!

O Preço da Vida e da Morte

A diferença entre as chances dos feridos de morrerem ou de viverem devia-se igualmente em forma substancial à situação na hierarquia militar e às libras e patações que os oficiais dispunham. Benjamin Constant escrevia tranquilizando sua esposa que não se assustasse com a “notícia” da epidemia de cólera. Ele não

estaria, ou estaria pouco exposta ao mal, já que ele “só tem atacado aos desgraçados soldados que dormem a maior parte [do tempo] ao relento sem roupa para se agasalharem, sem uma alimentação regular” (LEMOS, 1999).

Rodrigues da Silva lembra que era enorme o descalabro, a sujeira, a falta de recursos e a improvisação dos hospitais militares, onde “estudantes do 1º ano das escolas de medicina” “desempenhavam trabalhos peculiares à alta cirurgia”, empunhando os instrumentos cirúrgicos “com a maior sem-cerimônia” (SILVA, 1924). Fala de hospitais sem aparelhos necessários e sem enfermeiros preparados, com instrumentos cirúrgicos sem a exigida assepsia, verdadeiro horror dos feridos. Descreve “soldados doentes deitados em puro e frio chão”, em “barraquinhas mal armadas”, no “hospital central do Exército”. Em 1865, em sua viagem em busca de Uruguiana ocupada, o conde d’Eu assinalara a precariedade do serviço militar na própria província do Rio Grande do Sul (SILVA, 1924).

Em época em que a medicina praticamente não dispunha de recursos contra às infecções, o tétano, a gangrena, além da improvável limpeza profilática, nos campos de batalha, médicos e aprendizes de médicos serviam-se normalmente das amputações. Em junho de 1869, o jovem poeta Castro Alves teve perna amputada abaixo do joelho, em operação que não se demorou mais do que dois minutos, por cirurgião que se *especializara* na prática cirúrgica extremada nos campos do Paraguai. A intervenção foi feita a frio, sem o uso de clorofórmio, devido à fraqueza geral do enfermo (MAESTRI, 2011). Segundo Rodrigues da Silva, devido o descalabro dos hospitais militares do Paraguai, muito “raramente escapava das garras da morte quem se via na obrigação de amputar um braço ou uma perna [...]” (SILVA, 1924).

Antes da invasão do Paraguai, para contornar o perigo de terminarem nos infectos hospitais de sangue do exército imperial, os oficiais argentados meteram igualmente a mão nas algibeiras e fundaram espécie de seguro privado de saúde. A sociedade “Saudades do Brasil” teria sido inaugurada com banquete de duzentos talheres, onde se serviram as “melhores iguarias, os capitosos vinhos e doces procedentes da próxima cidade de Corrientes”, para os generais, comandantes e oficiais presentes. Aos intermináveis discursos e os brindes, regados fartamente ao *champagne*, seguiu-se, à noite, um “baile esplendido”. A jóia de ingresso à sociedade era de três libras esterlinas, a mensalidade, de uma (SILVA, 1924).

O Paraguai teria sido igualmente oportunidade de enriquecimento no mínimo pouco ortodoxo, sobretudo para altos oficiais e comerciantes espertos. Rodrigues da Silva refere-se rápida e indiretamente ao conhecido saque geral efetuado pelas tropas imperiais da rica vila de Asunción, com “prédios abertos [sic], mobiliados com luxo e apuro, armários cheios de roupas finas de homem, mulher e crianças,

cristais e talheres de valor, instrumentos e objetivos de arte” que ali jaziam “num abandono incrível” (SILVA, 1924).

Descreve longamente o hábito dos paraguaios endinheirados de enterrarem em suas casas e jardins seus bens preciosos, antes de abandonarem a capital, e de oficiais e soldados imperiais e paisanos de cavarem por toda parte, à procura dos tesouros escondidos. Durante longos meses após a ocupação de Asunción, sobretudo os pátios, pisos e paredes das residências mais ricas assumiram a aparência de verdadeiros queijos suíços, de tão esburacados que ficaram, devido à ávida atividade dos caçadores de tesouros (SILVA, 1924).

Em 12 de agosto de 1869, após a conquista de Piribebuy, caiu nas mãos das tropas aliancistas o perseguido tesouro de guerra de Solano López. O conde d’Eu relatou ao governo imperial o rico achado: “[...] depósitos de farinha, erva mate, vinhos da Europa em grande quantidade, caixões com roupa, diferentes objetos de prata lavrada, numerário de diversos países, uma soma de papel moeda do Brasil”.² Após o ataque, foi geral o saque das enormes riquezas por parte dos soldados, possivelmente também para substituir os soldos sempre atrasados.

A Cor do Oficial

Também é tradicional na historiografia brasileira assinalar a tendência à confraternização entre negros e brancos e o espírito emancipacionista e abolicionista que teriam se desenvolvido nas tropas, através da convivência entre oficiais, no geral brancos, e soldados, comumente negros, mulatos, cafuzos, caboclos. Em 1865, na sua viagem para Uruguaiana, o conde d’Eu ressaltou o caráter mestiço dos batalhões de Voluntário da Pátria. Afirmou sobre o 31º da Corte: “[...] ao inverso de todos os outros batalhões de voluntários, é, na sua maioria, formado de brancos [...]”. Apontaria também a chegada da 1ª companhia dos Zuavos baianos, composta “exclusivamente de negros”, com oficiais “negros retintos”. O príncipe consorte se destacava por seu enorme racismo (EU, 1981).

A proposta de *democracia racial* nas forças imperiais confronta-se com a visão habitual dos oficiais sobre a qualidade do soldado negro ou mestiço. O marquês de Caxias propôs, ao se referir, em correspondência privada, à baixa qualidade militar dos soldados imperiais libertos: “[...] homens que não compreendem o que

² ORDENS DO DIA, Exército em operações na Republica do Paraguay. Sob o comando em chefe de todas as forças, de sua alteza o senhor príncipe marechal do Exercito Luiz Felipe Fernando Gastão de Orleans, Conde d’Eu. Compreendendo as 1 a 47. 1869 a 1870. Re-imprensa por ordem do Governo. Rio de Janeiro: Francisco Alves de Souza, 1877. p. 518.

é pátria, sociedade e família, que se consideram ainda escravos [...]” (DORATIOTO, 1996). Visão abraçada igualmente pelo coronel José Antonio Corrêa da Câmara, que explicou o insucesso de assalto à posição inimiga por “nossos soldados de infantaria” serem “os negros mais infames deste mundo, que chegam a ter medo até do inimigo que foge” (DORATIOTO, 1996). Teriam, com toda razão, medo de morrerem por luta que não era definitivamente suas.

Ao escrever aos seus familiares, Benjamin Constant referiu-se também ao que via como baixa qualidade do soldado imperial, obtidos esvaziando “as cadeias” de “criminosos” e com “escravos libertados” por proprietários com o fim de obterem “honras, condecorações, títulos de nobreza, posições oficiais” mais úteis que os serviços prestados pelos “estúpidos e miseráveis cativos”. Uma *escória* que, segundo ele, indignado, era incumbida “de defender os brios e a honra da nação” (LEMOS, 1999).

Rodrigues da Silva acena igualmente às relações raciais no exército, no seio do oficialato, ao lembrar-se do seu “distinto amigo, companheiro de Barraca e de companhia”, no 13º Batalhão de Infantaria, o alferes Teotônio Lopes Barros. Anotava que, “homem de cor”, “jamais negava a sua condição [sic], e, se era convidado a comparecer a qualquer festa particular, furtava-se e respondia logo: ‘Negro não dá carreira certa. Não vou.’” Ou seja, durante a guerra contra o Paraguai, em festa de branco, negro não entrava, mesmo se oficial! Em possível referência à discriminação racial nas promoções, lembrava que, talvez devido à “sua exagerada independência de caráter”, o oficial negro não obtivera a progressão correspondente ao seu valor como oficial (SILVA, 1924). Benjamin Constant desdizia em sua correspondência as notícias positivas do front enviadas por “um Dr. Dória, o homem (negro) mais adular, mais imundo que conheço” (LEMOS, 1999).

Bebida, Massacre, Desordem

Abordando questão singularmente contemporânea, Rodrigues da Silva refere-se igualmente ao estresse da guerra. Segundo ele, a dilaceração da vida sob as armas, em um combate que parecia não ter fim, teria levado “muitos rapazes distintos na campanha, e oficiais de meia idade”, a contraírem o “terrível vício da embriaguês”, superado por alguns após a guerra e jamais por outros, que “sacrificaram” assim “o futuro risonho que os aguardava” (SILVA, 1924). Em suas célebres *Memorias o reminiscencias históricas sobre la guerra del Paraguay*, Juan Crisóstomo Centurión assinala que o amplo uso da *caña* pelo exército paraguaio, para aplacar a fome e a dor, para curar enfermidades e afugentar as tristezas, etc., teria contribuído ao alcoolismo, após a guerra (CENTURION, 2010).

Rodrigues da Silva anota, pontualmente, a questão crítica dos crimes de guerra praticados por oficiais imperiais e aliancistas durante o conflito, ao referir-se a general *tarimbeiro*, ou seja, sem formação militar institucional, *baronizado* após a guerra, possivelmente sul-rio-grandense, de poucas luzes. Afirma que sua “feição militar” delineara “um personagem digno de imitação”, e até mesmo de “veneração”, se não lhe tivesse empanado “o brilho [militar] a ação repugnante de mandar trucidar cruelmente no Espinilho, 300 e tantos inimigos indefesos, ali refugiados, depois da batalha do Campo Grande”, em 16 de agosto de 1869 (SILVA, 1924). Dias antes, no assalto à vila de Piribebuy, a degola de prisioneiros paraguaios, em boa parte adolescentes e crianças, teria sido praticada amplamente (TAUNAY, s.d.).

Rodrigues da Silva assinala igualmente a deficiência do serviço de informações do Império. Em 1865, o cônego Gay denunciara no seu relato sobre a invasão paraguaia do Rio Grande o péssimo serviço de “polícia” na fronteira, com viagens de cidadãos correntinos, entrerrianos, orientais, etc. entre Santo Tomé, na província de Corrientes, e São Borja, sem qualquer controle. O que permitiu aos paraguaios informações seguras sobre o que ocorria naquele ponto da fronteira. Segundo o padre, espiões das tropas atacantes teriam ateado fogo à casa do seu irmão, como “sinal” “de que a ocasião era propícia” a “passagem” do rio (GAY, 1980).

Uma realidade que não teria se modificado até o fim da guerra, já que Rodrigues da Silva registrou igualmente que os “acampamentos [do exército Imperial] viviam à mercê de quem quisesse percorrê-los”. Segundo ele, penetrava “neles e saía, com franqueza ampla, qualquer indivíduo, sem que lhes fossem às mãos ou, ao menos, o advertissem da obrigação de apresentar-se à autoridade encarregada da identificação conveniente” (SILVA, 1924).

Concluindo: o terror lopizta

Os momentos finais da guerra do Paraguai celebrizaram-se pela duríssima repressão ordenada por Francisco Solano López contra parte dos segmentos das classes dominantes e dignitários do Estado paraguaio, entre os quais se encontravam seus irmãos e irmãs e sua mãe. O *lopizmo negativo* tem se servido desses sucessos para consolidar as interpretações apologéticas da *insanidade, despotismo, barbarismo, etc. do tirano*, negando comumente a existência de movimento conspirativo contra o prosseguimento da resistência. Ao contrário, as leituras do *lopizmo positivo* ensaiam justificativas ingênuas ou hipócritas sobre aqueles sucessos, em geral sem incorporar à análise o sentido *político* da repressão (O'LEARY, 1970).

A *operação militar ofensiva* paraguaia em direção ao Mato Grosso, ao Rio Grande do Sul e ao Prata, em apoio do Uruguai, contou com o apoio unânime

do bloco político-social dominante paraguaio, conformado sobretudo pelos estancieiros, plantadores, comerciantes, alto clero, alta oficialidade, etc., que se fortalecera durante a era lopizta [1842-1865]. Esse grupo social dependia no geral da manutenção e ampliação da economia mercantil-exportadora empreendida pela administração lopista, que tinha sua sorte ligada livre acesso ao comércio internacional através do Prata.

As amplas classes camponesas do interior do país não foram consultadas sobre a oportunidade da intervenção exterior, apesar do esforço governamental de construção de consenso entre elas sobre aquela operação. A *liberação* por Solano López do saque no Rio Grande do Sul pode ser eventualmente compreendida como meio de obter o consenso de tropas conformadas essencialmente por segmentos sociais de extração camponesa, que não receberam soldos durante aquelas operações. A baixa belicosidade das tropas paraguaias durante essa ofensiva, com destaque para a rendição de Uruguaiana, sugere adesão superficial à operação no exterior.

A oposição à invasão aliancista do Paraguai, sobretudo após o conhecimento do tratado secreto da Tríplice Aliança, transformou-se em verdadeira guerra de defesa nacional, protagonizada essencialmente pelos segmentos camponeses proprietários, arrendatários e detentores do país, que defenderiam as conquistas que haviam consolidado, com destaque para a era francista. Durante boa parte dessa *guerra defensiva*, o bloco político-social dominante manteve-se coeso em torno de Francisco Solano López, sua principal expressão política.

Após a ultrapassagem de Humaitá, quando se mostrava como inevitável a vitória das tropas do Império, um núcleo importante do que restava do bloco político-social dominante, no qual a família López desempenhava papel central, tentou destacar-se da resistência desesperada dos segmentos populares, realizada em torno ao *mariscal* (TAUNAY, 2002).

O caráter extremamente duro da repressão aos conspiradores registraria a necessidade de neutralizar pelo *terror*, qualquer prosseguimento de movimento pela rendição, a partir do núcleo central do antigo governo, que já tinha agora Solano López como seu antagonista. Utilizamos aqui a categoria terror em seu sentido político-sociológico, ou seja, a tentativa de imobilização de facções sociais pelo medo das represálias tomadas contra elas. Terror revolucionário e contra-revolucionário, na Revolução Francesa; terror vermelho e branco, na Revolução Russa; terror ditatorial, na Argentina, no Brasil, no Chile, etc., durante os regimes militares, etc.

Rodrigues da Silva registra os paraguaios e paraguaias, de todas as idades, verdadeiros frangalhos humanos, com que as tropas imperiais depararam-se, nos

últimos momentos do combate, devido à falta de recursos e à repressão lopizta. “De Capivary em diante, começamos a encontrar pelo caminho gente de Lopez, degolada ou lanceada por sua ordem severa [...]” (SILVA, 1924). O autor avança que, com a “exposição dos cadáveres recentes”, Solano López talvez por fim aos os esforços de Caxias em “minar-lhe, com diplomacia” [sic], sua autoridade e governo. “Constava no Exército, realmente, à boca pequena, que o notável homem de guerra [Caxias], com as maiores cautelas, tentou um dia corresponder-se com os vultos proeminentes da primeira camada da Capital” (SILVA, 1924).

Rodrigues da Silva lembrava pertinentemente que o marquês “sabia manejar com destreza também a arma fina e humanizada que bem distinguiu a individualidade máscula de Talleyrand. Não seria, pois, de surpreender uma tentativa a tal respeito [...]” (SILVA, 1924). Nas revoltas regenciais, com o destaque para a farroupilha, após vencer os opositores no campo de batalha, o hábil político e militar imperial costumava obrigar seus oponentes à rendição final com poderosos golpes de centenas de contos de réis!

O fracasso dos esforços de “suborno” de Caxias foram igualmente registrados por Benjamin Constant, em sua correspondência: “O López não é suscetível de suborno, não se vende. O Caxias supôs que [...] com os imensos recurso de que o governo o rodeia podia assombrar o Paraguai. [...] O exército de moedas com que pretendia, como sempre, vencer o inimigo tem desaparecido esterilmente [...]” (LEMOS, 1999). Enganava-se, porém, Benjamin Constant. Como sugerira Rodrigues da Silva, os eventuais destinatários das tentativas de aproximação de Caxias seriam os membros das classes dominantes dissidentes, entre eles a família López, que também parece se ter esforçada em contatar o inimigo, sobretudo quando do primeiro ataque naval a Asunción, sem sucesso (CENTURION, 2010).

Referências

- CASCUDO, Luiz Câmara Cascudo. *López do Paraguay*. Natal: A República, 1927.
- CENTURION, Juan Crisóstomo. *Memorias o reminiscencias históricas sobre la guerra del Paraguay*. Asunción: El Lector, 2010.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.
- DORATIOTO, Francisco. *O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.
- EU, Luís Felipe [...] de Orléans, Conde d'. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.
- FERNANDES, Ari Carlos. (org.) *Coronel Chicuta: Um passofundense na Guerra do Paraguai*. Passo Fundo: Ediupe, 1997.
- GAY, João Pedro. *Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Comentado e editado pelo ma-

gor Souza Docca. Porto Alegre: IEL-EST, 1980.

LEMOS, Renato (Org.). *Cartas da Guerra: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: IPHAN; Museu Casa de Benjamin Constant, 1999.

MAESTRI, Mario. *A segunda morte de Castro Alves: genealogia crítica de um revisionismo*. Passo Fundo: 2 ed. UPF, 2011.

MAESTRI, Mário. *Cartas desde o front da guerra do Paraguai*. Revista Territórios e Fronteiras V.2 N.1 – Jan/Jun 2009.

O'LEARY, Juan E. *El Mariscal Solano López*. 3 ed. Asunción: Casa America, 1970.

REBOUÇAS, André. *Diário da guerra do Paraguai (1866)*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiro, 1973.

SALLES, Ricardo. *A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SILVA, José Luiz Rodrigues da. *Recordações da campanha do Paraguay*. São Paulo: Melhoramentos, [1924]. 128 pp.

TAUNAY, A. E. *A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguay*. Rio de Janeiro: Garnier, s.d.

TAUNAY, Alfredo D'Escagnolle. *Diário do exército, campanha do Paraguai (1869-1870)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

TAUNAY, Alfredo. *Memórias*. São Paulo: Melhoramentos, s.d.

TORAL, André. *Imagens em desordem: A iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

WHITE, Richard Alan. *La primera revolución popular en America: Paraguay: 1810-1840*. Asunción: Carlos Schauman, 1989.

